

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 9/2012

Período: 31/03/2012 – 06/04/2012

GEDES – Brasil

- 1- Investigações sobre o regime militar brasileiro I: os debates sobre o período e sobre os trabalhos da Comissão da Verdade
- 2- Investigações sobre o regime militar brasileiro II: O estado do Pernambuco deve criar Comissão Estadual da Memória e Verdade
- 3- Investigações sobre o regime militar brasileiro III: Material de entrevistas concedidas à FGV deve contribuir para Comissão da Verdade
- 4- Investigações sobre o regime militar brasileiro IV: OEA decide investigar caso da morte de Herzog
- 5- Investigações sobre o regime militar brasileiro V: Comissão da Verdade da Câmara tem sua primeira reunião
- 6- Rondônia pede reforço ao Exército para a segurança de hidrelétricas
- 7- Documentos confidenciais revelam preocupação militar brasileira com a Guerra das Malvinas
- 8- Monumento em homenagem aos mortos e presos durante o regime militar
- 9- A visita do Brasil à Índia e a compra dos caças do projeto FX-2
- 10- Forças Armadas brasileiras auxiliam operação de resgate dos últimos reféns das Farc
- 11- Estudo conduzido por brasileiro revela que gripe espanhola foi causa de morte de marinheiros brasileiros durante Primeira Guerra Mundial
- 12- Comemoração dos 48 anos da tomada de poder pelos militares gera tumulto
- 13- Colunista destaca potencial brasileiro como consumidor no setor da defesa
- 13- Porta-voz de Kofi Annan anuncia que Brasil será convidado para integrar missão de paz na Síria

1- Investigações sobre o regime militar brasileiro I: os debates sobre o período e sobre os trabalhos da Comissão da Verdade

Por ocasião do quadragésimo oitavo aniversário do início do regime militar brasileiro (1964-1985), ocorrido no dia 31/03/2012, os jornais publicaram editoriais, colunas e matérias em celebração a restauração da democracia e retomaram os debates em torno dos trabalhos das comissões formadas pelo governo federal para investigação dos crimes de tortura ocorridos naquele período. O *Correio Braziliense* em editorial advogou pelo rápido início das atividades da Comissão da Verdade e argumentou que o adiamento de tais investigações significaria resistência ao poder civil e afronta à democracia. A coluna se posicionou a favor da verdade e da transparência nos trabalhos, mencionando a pressão da sociedade brasileira e internacional pela urgência e lisura nas investigações. Como exemplos, os episódios do protesto em frente ao Clube Militar no Rio de Janeiro no dia 29/03/12, a condenação que o Brasil recebeu da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para investigar e punir os responsáveis pelos desaparecimentos na Guerrilha do Araguaia (1972-1975), e o novo processo iniciado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para investigação da morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975. Em coluna do mesmo jornal, o editor Renato Ferraz afirmou que é

preciso encontrar os desaparecidos do período de regime militar e punir, com bom senso, os contraventores, seja eles militares ou civis da época. Ferraz fez referência ao recente protesto como um sinal do início de ações em favor da justiça. Além disso, o editor mencionou com indignação o manifesto publicado, em fevereiro de 2012, por reservistas vinculados ao Clube Militar, em que a presidente da República, Dilma Rousseff foi criticada por não repreender a ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, que defendera a possibilidade de processar judicialmente os repressores do regime militar. Ainda no *Correio*, o subeditor Paulo Silva Pinto destacou a manifestação como prova de que os problemas dos abusos do regime militar ainda não foram sanados para a população brasileira. Pinto afirmou que a presidente, Dilma Rousseff, acertou, portanto, ao instaurar a Comissão da Verdade que tem por objetivo reescrever a história de forma mais transparente. O autor relembrou o fato de que as investigações produzidas podem subsidiar a abertura de processos judiciais contra os abusos criminosos; mesmo assim, Pinto considerou que essa aparentaria ser uma tarefa excessiva para a Comissão, uma vez que ela tem por finalidade “sanar uma doença institucional de cinco décadas”. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi lembrado também por ter reconhecido a responsabilidade do Estado pelos desaparecimentos e assassinatos do período, o que possibilitou o pagamento de indenizações às famílias das vítimas. Em coluna opinativa no *O Estado de S. Paulo*, o tradutor e um dos organizadores da obra de Gramsci no Brasil, Luis Sérgio Henriques, trouxe a tona uma discussão diferente. Henriques julgou essencial a tarefa até então institucionalizada da Comissão da Verdade, ou seja, aquela de pesquisa e escrita da história, mas chamou a atenção para algumas normativas. Os componentes desse colegiado devem ser pessoas íntegras e imparciais, uma vez que a realidade democrática deve contar com as várias narrativas dos múltiplos atores, sem considerar, portanto, a existência de apenas uma verdade incontestável. Além disso, o tradutor destacou que parte da esquerda tentou refrear a violência do regime militar com violência e que essa prática acabou por endurecer o próprio regime. Nesse aspecto, ressaltou que a Comissão deveria ter um papel na organização da esquerda nacional: para Henriques a esquerda deve elaborar uma cultura de paz e a vida democrática deve ser o mecanismo utilizado para combater as violências e tensões existentes na sociedade. Já no dia 01/04/2012, Elio Gaspari, jornalista e escritor ítalo-brasileiro, publicou por meio da *Folha de S. Paulo* sua opinião sobre a Comissão da Verdade. Uma Comissão que pode, segundo ele, desmontar quase meio século de mentiras, durante um governo que, em suas palavras, “busca o bloqueio da lembrança”. Para Gaspari, o reconhecimento da responsabilidade do Estado nos crimes ocorridos durante o regime militar não é suficiente, restaram perguntas a serem explicadas, como por exemplo, o suposto desaparecimento de vários guerrilheiros e opositores, sem, ou com pouquíssimas, constatações de mortes. (*Correio Braziliense – Opinião – 31/03/12; Correio Braziliense – Política – 31/03/12; Folha de S. Paulo – 01/04/2012; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 31/03/12*)

2- Investigações sobre o regime militar brasileiro II: O estado do Pernambuco deve criar Comissão Estadual da Memória e Verdade

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o governo do estado de Pernambuco encaminhou, no dia 30/03/12, um projeto de lei que visa a criação de uma Comissão Estadual da Memória e Verdade à Assembleia Legislativa. De acordo com o projeto, a Comissão deve investigar os abusos ocorridos no período de 1964 a 1988 e deve ser formada por nove integrantes, sendo, pelo menos, seis civis. (*Correio Braziliense – Política – 31/02/12*)

3- Investigações sobre o regime militar brasileiro III: Material de entrevistas concedidas à FGV deve contribuir para Comissão da Verdade

Segundo o *Correio Braziliense*, o Centro de Documentação e Pesquisa (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) possui grande acervo que já deu origem a alguns livros e deve ser analisado agora pela Comissão da Verdade. Em meio a essa documentação encontra-se depoimento concedido pelo ex-presidente general Ernesto Geisel, em 1993, no qual há afirmação explícita de que o regime praticava tortura e foi responsável direto pela morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, bem como pela morte do operário Manuel Fiel Filho, em 1976. Além disso, Geisel conta, no depoimento, que um grupo de militares aprendeu técnicas de tortura na Inglaterra ainda durante o governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Os historiadores responsáveis pelo acervo são os professores Maria Celina de Araújo e Celso Castro. Araújo disse que acredita que os civis envolvidos com o regime militar também deveriam ser ouvidos pela Comissão da Verdade, dessa forma não somente a história seria resgatada, mas a própria Lei da Anistia (1979) poderia ser revista. (*Correio Braziliense – Política – 31/03/12*)

4- Investigações sobre o regime militar brasileiro IV: OEA decide investigar caso da morte de Herzog

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*, a Organização dos Estados Americanos (OEA) decidiu investigar a morte do jornalista Vladimir Herzog, que ocorreu no Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo no ano de 1975, durante o regime militar (1964-1985). O instituto Vladimir Herzog, que tem como missão contribuir para reflexão e produção de informação voltada ao direito à justiça e o direito à vida, manifestou seu apoio à decisão da OEA. (*Folha de S. Paulo – Poder – 31/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/03/12*)

5- Investigações sobre o regime militar brasileiro V: Comissão da Verdade da Câmara tem sua primeira reunião

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Comissão da Verdade da Câmara dos Deputados, que pretende auxiliar os trabalhos da futura Comissão da Verdade do Executivo Federal (a qual ainda não foi formada pela presidente da República, Dilma Rousseff), teve sua primeira reunião. Como resultado deste encontro foram ouvidos os depoimentos de três testemunhas e registrou-se descontentamento de alguns participantes. Acredita-se que os testemunhos do camponês Lauro dos Santos e dos ex-militares Raimundo Melo e José Antônio Perez poderão auxiliar a busca por corpos de desaparecidos durante o

período do regime militar (1964-1985) no episódio da Guerrilha do Araguaia (1972). Segundo o *Correio Braziliense*, esta primeira audiência da Comissão, ligada à Comissão dos Direitos Humanos, foi secreta, mas a maior parte delas será aberta, e contará com a presença de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da União Nacional dos Estudantes (UNE), do grupo Tortura Nunca Mais e outros. Segundo *O Estado*, o deputado Jair Bolsonaro, capitão da reserva do Exército, estava presente e protestou, dizendo que a Comissão é tendenciosa e que manipula dados das testemunhas. (*Correio Braziliense – Política – 04/04/12*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/04/12*)

6- Rondônia pede reforço ao Exército para a segurança de hidrelétricas

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o governo do estado de Rondônia (RO) pediu ao Exército reforços para garantir a segurança das usinas de Jirau e Santo Antônio, que se encontram paradas por conta de greve dos trabalhadores. As usinas, ao lado da usina de Belo Monte, no estado do Pará (PA), são consideradas as maiores hidrelétricas em construção no Brasil e juntas possuem por volta de 35 mil operários. De acordo com a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania, no dia 27/03/12, trinta homens da Força Nacional de Segurança haviam chegado ao estado e, no caso da continuidade da greve, um reforço chegaria no dia 01/04/12, ainda sem números definidos. As tropas devem se somar num total de 250 homens, sendo 50 da Força Nacional e 200 da polícia militar, dos quais 80% ficariam em Jirau. Segundo a secretaria de Rondônia, o pedido foi necessário, pois não havia como retirar o policiamento das ruas para a segurança das usinas. (*Folha de S. Paulo – Poder – 01/03/12*)

7- Documentos confidenciais revelam preocupação militar brasileira com a Guerra das Malvinas

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, documentos confidenciais guardados no Arquivo Nacional, em Brasília, no Distrito Federal, revelam que o Brasil se preocupou em monitorar o conflito entre Argentina e Grã-Bretanha pela região das Malvinas, a chamada Guerra das Malvinas (1982), sob o temor de que a oposição argentina desse espaço para o comunismo soviético penetrar na América Latina e também de que o programa nuclear argentino se acelerasse. Foram produzidos cerca de cinquenta informes que monitoraram, com informações escassas, a evolução do conflito. Um documento secreto do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), datado de abril de 1982, atesta que a União Soviética teria se comprometido a repassar 100 quilogramas de urânio enriquecido aos argentinos para seu programa nuclear, assegurado por um contrato entre a Comissão Nacional de Energia Atômica argentina e a entidade soviética de comércio exterior, Teschmabexport. Os soviéticos também teriam usado seu poder de influência em outros países para repassar armas aos argentinos de forma indireta e discreta. Durante o transporte de embaixador cubano a Buenos Aires o avião foi interceptado por voo ilegal em espaço aéreo brasileiro, com suspeita de transporte ilegal de ajuda militar. O governo brasileiro, que durante o conflito das Malvinas, era regido por João Baptista Figueiredo (1979-1985), militar, não

ficou satisfeito por ter sabido da invasão argentina às ilhas somente pela imprensa, conforme atestam os documentos das Forças Armadas brasileiras, uma vez que os militares acreditavam que, devido à proximidade territorial, deveria ter havido um aviso prévio. Um outro documento denominado “Conclusões e Ensinamentos” reflete o temor dos brasileiros em relação aos possíveis conflitos com a Argentina, caso fossem reabertas as questões sobre Itaipu e outros antigos litígios de fronteiras. O documento aponta, também, a falta de equipamentos de guerra e tecnologias de informação do poderio militar brasileiro e a decisão de aumentar a frota de submarinos após observar a utilização estratégica desses pelos britânicos; além da dependência Argentina na questão de armamentos. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/04/12)

8- Monumento em homenagem aos mortos e presos durante o regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a família do espanhol Miguel Sábat Nuet, morto em 30/10/73 no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em São Paulo, deseja a construção de um monumento na cidade em formato de tocha no Memorial da Resistência, como o já existente em Barcelona, no Fossar de lês Moreres, para lembrar constantemente os mortos e os presos durante o regime militar brasileiro. O projeto, que a família almeja apresentar ao governo brasileiro, em conjunto com outros familiares de desaparecidos, foi revelado no dia 31/03/12 em Barcelona, durante uma missa particular em tributo a Nuet. No final do ano de 2011, a família de Nuet recebeu suas cinzas em cerimônia realizada pela Secretaria de Direitos Humanos em São Paulo, concomitante a um pedido de perdão oficial do governo brasileiro, além de alteração da classificação da morte por suicídio para assassinato. (Folha de S. Paulo – Poder – 02/04/12)

9- A visita do Brasil à Índia e a compra dos caças do projeto FX-2

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o governo indiano relatou o estado do seu programa de compra dos caças modelo Rafale à delegação do Brasil, que encerrou sua visita à Índia no dia 30/03/12. Embora o avião, produzido pela empresa francesa Dassault, seja um dos concorrentes no projeto brasileiro FX-2, o ministro da Indústria, Comércio e Desenvolvimento do Brasil, Fernando Pimentel, declarou que tratar de uma parceria entre França, Brasil e Índia no que diz respeito à compra, produção e transferência tecnológica dos caças seria especulação, uma vez que o governo brasileiro ainda não anunciou o modelo escolhido. Para o país, a transferência tecnológica deve ser prioridade na escolha do modelo. Quanto a isso, Pimentel declarou não saber da denúncia vinculada pelo canal “Times Now” que dizia possuir documentos em que oficiais superiores da Índia questionam os termos da compra, inclusive no que diz respeito à transferência tecnológica. Já o periódico *O Estado de S. Paulo* noticiou que, em reunião entre os países do dia 30/03/12, a Índia ofereceu uma parceria tecnológica ao Brasil: caso o país escolha o avião modelo Rafale, poderia haver um projeto conjunto de transferência de tecnologia. O governo brasileiro não respondeu a proposta e afirmou que não discutirá a compra dos caças até o mês de maio, ocasião na qual espera-se que o governo brasileiro escolha a empresa vencedora da licitação do projeto FX-2 no qual concorrem, além da empresa Dassault, Boeing e Saab. A preferência do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo modelo francês

Rafale, estaria vinculada a uma “transferência irrestrita” de tecnologia, entretanto o principal impedimento para a compra do caça seria o preço, o maior entre os modelos concorrentes. (Folha de S. Paulo – Poder – 31/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/03/12)

10- Forças Armadas brasileiras auxiliam operação de resgate dos últimos reféns das Farc

Como publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, dia 01/04/12 dois helicópteros militares brasileiros voaram de São Gabriel da Cachoeira, cidade no estado do Amazonas (AM), para a Colômbia com o intuito de iniciarem, em 02/04/12, o resgate de dez reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Já é a quarta vez que o Brasil auxilia nos resgates de reféns das Farc e sua participação foi reconhecida pela chefe da Cruz Vermelha colombiana, Jordi Raich: "Seria praticamente impossível fazer o resgate sem a participação do governo brasileiro. Hoje, a experiência do Brasil e o conhecimento de como funciona facilitam enormemente o trabalho". Os helicópteros transportaram membros da Cruz Vermelha, médicos e membros de organização não governamental colombiana, além da , ex-senadora do país, Piedad Córdoba. De acordo com a *Folha*, os militares do Brasil aguardaram a permissão das Farc para iniciar a operação. O acordo previa que o local exato do resgate, bem como os detalhes da logística, só seria revelado horas antes pelas Farc. Raich informou que apenas um helicóptero participaria do resgate, sendo que o outro funcionaria como uma base de apoio, na cidade de Villavicencio. A maioria dos reféns estava em poder das Farc há mais de dez anos e foram libertados quatro militares e seis policiais. As Farc se comprometeram a suspender os sequestros e asseguraram que estes foram os últimos reféns em seu poder. Todavia, ativistas e o governo colombiano afirmam que um número indefinido de reféns civis permanece em controle da guerrilha. Para a operação foram usados dois helicópteros modelo Cougar do Exército brasileiro, com capacidade para até 24 pessoas cada um. O governo do Brasil também enviou à Colômbia um avião cargueiro com peças de reposição dos helicópteros e uma equipe de mecânicos. No total, mais de 20 militares foram envolvidos na operação. (Folha de S. Paulo – Internacional – 02/04/12; O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/04/12)

11- Estudo conduzido por brasileiro revela que gripe espanhola foi causa de morte de marinheiros brasileiros durante Primeira Guerra Mundial

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, um estudo conduzido pelo brasileiro Wladimir Alonso, integrante da divisão de epidemiologia internacional e estudos de população do Centro Internacional Fogarty nos Estados Unidos, revelou que um vírus microscópico matou um grande número de marinheiros brasileiros na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O número de mortes foi comparativamente maior que as causadas pelos torpedos alemães. Uma análise atual do impacto da epidemia de gripe espanhola em navios da Marinha do Brasil destacou que foram confirmadas 125 mortes causadas pela gripe, ou seja, mais de 8% dos cerca de 1500 tripulantes, que atingiu 90% dos marinheiros. Conforme noticiou a *Folha*, o estudo de Alonso e mais três colegas foi publicado em revista científica internacional e está sendo divulgado, durante o mês de abril, em uma conferência científica na Turquia. As

informações do estudo poderão ser úteis para as autoridades de saúde pública lidarem com epidemias de gripe no futuro e foi motivo para recordar a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. A flotilha brasileira foi constituída em 1918 por dois cruzadores (Bahia e Rio Grande do Sul), quatro destróieres (Parahyba, Rio Grande do Norte, Piauí, e Santa Catarina, também chamados contratorpedeiros), um navio-tênder de apoio (Belmonte) e um rebocador de alto mar (Laurindo Pitta). O navio Laurindo Pitta, ainda existe e tem sido utilizado pela Marinha para passeios turísticos pela baía da Guanabara. O Brasil participou da guerra, em 1917, devido ao afundamento de navios mercantes por submarinos alemães. Na época, a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) foi enviada à África Ocidental para patrulhar os a região, liberando navios britânicos para setores mais estrategicamente relevantes do Atlântico Norte. (Folha de S. Paulo – Ciência – 02/04/12)

12- Comemoração dos 48 anos da tomada de poder pelos militares gera tumulto

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, o aniversário de 48 anos da tomada de poder pelos militares, ocorrida no dia 31/03/1964, causou tumulto tanto por ter presenciado celebrações de clubes militares, quanto por resistência da oposição. Apesar de o Exército ter abolido de seu calendário as datas comemorativas ao golpe no ano de 2011, 80 militares da reserva se reuniram no dia 31/03/2012 na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, para acompanhar um sobrevoo organizado pela Associação dos Veteranos Paraquedistas, no qual quatro coronéis saltaram carregando bandeiras do Brasil, aterrissando na Praia da Reserva, no Recreio dos Bandeirantes. Além disso, um avião carregava uma faixa com os dizeres “Parabéns Brasil, Brasil. 31 de março de 64”. O deputado e militar da reserva, Jair Bolsonaro do Partido Progressista (PP), participou da celebração saltando de paraquedas com os militares. Segundo o *Correio Braziliense*, o grupo Levante Popular da Juventude, junto a movimentos formados por familiares de vítimas do regime militar (1964-1985) e grupos de defesa dos direitos humanos, se uniram e programaram para os dias 31/03/12 e 01/04/12 manifestações intensas em redes sociais. Também segundo o *Correio*, o Partido Socialista e Liberdade (PsoL) organizou uma homenagem aos perseguidos pelo regime militar, na cidade de Sorocaba, estado de São Paulo (SP), e divulgaram um repúdio a qualquer celebração do golpe militar. A ONG Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) organizou uma missa em Brasília para lembrar as almas dos brasileiros mortos em luta armada. Em outro movimento, muros de casas de militares da reserva foram pichados com os dizeres “aqui mora um torturador”. Noticiado pelos três jornais, no dia 29/03/12, trezentos representantes da oposição militar, partidos esquerdistas, grupos humanitários e familiares de vítimas da ditadura, bloquearam a entrada do Clube Militar na cidade do Rio de Janeiro e ofenderam os reservistas chamando-os de “torturadores” e “assassinos”, resultando em agressões físicas entre ambas as partes. A polícia militar foi acionada para conter o tumulto. Tais manifestações visaram protestar contra as comemorações que ainda ocorrem entre os militares pela data e pressionar o governo para uma rápida instauração da Comissão da Verdade. O coordenador estadual do grupo Levante Popular da Juventude do estado do Rio Grande do Sul, Lúcio Caetano, afirmou que a

iniciativa pretendia balancear as pressões ao governo, que estava tendendo a um recuo nessa área graças a forte manifestação da direita. Além disso, o vice-presidente do Terceiro Comando em São Paulo, Marcelo Zelic, reuniu no dia 01/04/12, quase 300 pessoas que participaram de uma passeata no centro da cidade de São Paulo em protesto contra ao regime militar de 1964, que completou 48 anos. O movimento, convocado pela internet e nomeado de "Cordão da Mentira", partiu de cemitério localizado na região da Consolação, próximo ao centro da cidade de São Paulo, e foi finalizado próximo ao antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Ari Cunha, em coluna opinativa pelo *Correio Braziliense*, também comentou a data por meio de um breve resumo histórico da tomada de poder e ressaltando as melhorias políticas com o retorno da democracia, adicionou ainda que a presidente da República, Dilma Rousseff, em visita ao exterior, comentou o ocorrido avisando que ao voltar resolveria os assuntos internos. (Correio Braziliense – Política – 31/03/12; Correio Braziliense – Política – 01/04/12; Correio Braziliense – Opinião – 01/04/12; Folha de S. Paulo – Poder - 01/04/12; Folha de S. Paulo – Poder – 02/04/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/04/2012)

13- Colunista destaca potencial brasileiro como consumidor no setor da defesa

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde destacou que o Brasil é visto como consumidor com potencial na área de defesa, mencionando como exemplo o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) como dois dos projetos que contribuirão para o aumento da necessidade de aquisição de materiais, como satélites, radares, mísseis e torpedos, entre outros. Cantanhêde também citou como referência à importância do mercado brasileiro o fato de técnicos de empresas que poderão oferecer caças ao país - atendendo a demanda do projeto FX-2 – terem planejado visitas oficiais ao Brasil visando estabelecer negociações para além do FX-2 e da aviação civil, como já o fizeram as empresas Boeing e Saab. (Folha de S. Paulo – Opinião – 05/04/12)

13- Porta-voz de Kofi Annan anuncia que Brasil será convidado para integrar missão de paz na Síria

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Kofi Annan, ex-secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e enviado da Organização e da Liga Árabe para a crise síria, deseja que o Brasil envie tropas para integrar o contingente de observadores que será deslocado para monitorar um eventual plano de paz e a implementação do cessar-fogo na Síria. A notícia foi dada pelo porta-voz de Annan, Ahmed Fawzi ao periódico, que ensejou a preferência para atuação brasileira na missão observadora, já que, devido à situação da Síria, não cabe a implementação de força tradicional de manutenção da paz. Os soldados seriam enviados desarmados com a função de relatar se os rebeldes e o presidente sírio Bashar al-Assad estão cumprindo o acordo de cessar-fogo de acordo com a proposta de Annan. Segundo, a assessoria de imprensa do Itamaraty, o pedido formal para o envio de soldados brasileiros à Síria ainda não foi recebido, mesmo porque o pedido para a criação de uma força de paz teria de passar primeiro pela aprovação do Conselho de

Segurança (CS) da ONU, o que ainda não ocorreu. O Itamaraty afirmou também que, caso receba o convite oficial e o aval do CS, estudará a possibilidade de envio, visto que o país "acompanha com interesse a situação na Síria". De acordo com Ahmed Fawzi, o Brasil foi procurado extra oficialmente e informado do desejo de Annan e que nos próximos dias deverá receber carta oficializando o pedido. O envio de soldados credenciaria o Brasil a participar de novas missões de paz da ONU no Oriente Médio, como já ocorre com a participação no Líbano. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/04/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).